

ENTREVISTA DA SEMANA

JÚLIO CAMPOS - DEPUTADO

“VG ESTÁ CRESCENDO SEM PLANEJAMENTO E NÃO DA CONTA DE ATENDER TODA A POPULAÇÃO”, AFIRMA JÚLIO CAMPOS



VICTOR OSTETTI

PÁGINA 03

ARTIGO

Benefício Previdenciário e Aposentadoria: entenda a diferença



MAIS NA PÁGINA 2

PRÉ-ELEIÇÃO |

Comitê da maldade mira Jayme Campos e Wellington Fagundes, dizem aliados

Movimentação nas redes sociais gera preocupação entre aliados, que veem tentativa de influência na opinião pública.

Com a aproximação do período eleitoral deste ano em Mato Grosso, o ambiente político começa a se tornar mais tenso nos bastidores, especialmente entre grupos que já articulam alianças e estratégias para a disputa. Nesse contexto, aliados dos senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes afirmam que os dois parlamentares estariam sendo alvo de uma série de ataques nas redes sociais e em aplicativos de mensagens, em uma movimentação que teria como objetivo desgastar suas imagens públicas antes da campanha oficial. Segundo interlocutores próximos às duas lideranças, publicações críticas, conteúdos considerados ofensivos e informações apresentadas de forma descontextualizada vêm sendo compartilhados com frequência em diferentes plataformas digitais. Para esses aliados, a repetição das mensagens e o padrão de disseminação indicariam uma possível ação coordenada, voltada a influenciar a percepção do eleitorado sobre os senadores, que figuram entre nomes relevantes na disputa política estadual deste ano. Pág. 7



DIREITOS DAS MULHERES |

Mato Grosso está entre os estados com maiores taxas de homicídios de mulheres negras no país

Atlas da Violência aponta que mulheres negras seguem como as principais vítimas da violência letal.

Mato Grosso permanece entre os estados brasileiros com os maiores índices de homicídios de mulheres negras, segundo dados divulgados pelo Atlas da Violência 2026. Pág. 8

REAJUSTE DE 11,93% |

“O consumidor não vai aceitar esse aumento”, diz Dilemário sobre tarifa de água

Dilemário Alencar afirma que pretende convocar a concessionária e órgãos de controle para esclarecer aumento na tarifa



O vereador Dilemário Alencar manifestou preocupação com denúncias recebidas em seu gabinete sobre um possível novo reajuste na tarifa de água em Cuiabá, operada pela concessionária Aguas Cuiabá. Segundo o parlamentar, consumidores têm relatado a possibilidade de aumento na conta já nos próximos meses, o que gerou questionamentos sobre a transparência.

NÚMERO ALARMANTE

Capital mato-grossense registra mais de 100 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

Cenário nacional também preocupa com mais de 12 mil partos de meninas de até 14 anos

Dados apresentados pela Rede Protege, articulação intersetorial voltada à proteção da infância e juventude, revelam que a capital mato-grossense contabilizou 190 notificações de violência sexual contra menores em 2024. Pág. 6



ARTIGO

Benefício Previdenciário e Aposentadoria: entenda a diferença

É muito comum que as pessoas utilizem os termos “benefício” e “aposentadoria” como se fossem sinônimos. No entanto, embora ambos façam parte da proteção oferecida pela Previdência Social, eles possuem significados e finalidades diferentes.

A aposentadoria é apenas uma das diversas modalidades de benefícios previdenciários administrados pelo INSS. Ela representa o direito concedido ao segurado que preenche os requisitos estabelecidos em lei, como idade mínima, tempo de contribuição e demais critérios previstos na legislação.

Já o benefício previdenciário é um conceito mais amplo. Ele engloba todas as prestações pagas pelo INSS aos segurados e seus dependentes quando

ocorre alguma situação prevista em lei. Entre esses benefícios estão o auxílio por incapacidade temporária, o auxílio-acidente, a pensão por morte, o salário-maternidade, o auxílio-reclusão, o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), quando cabível, além das diferentes modalidades de aposentadoria.

Outro ponto importante é que nem todo benefício é permanente. Alguns possuem caráter temporário, como ocorre em determinadas situações de incapacidade para o trabalho. A aposentadoria, por sua vez, normalmente possui caráter continuado, observadas as regras específicas de cada modalidade.

Também é essencial destacar que cada benefício possui requisitos próprios. O fato de uma



pessoa receber determinado benefício não significa, automaticamente, que ela tenha direito à aposentadoria. Da mesma forma, muitos trabalhadores deixam de exercer um direito por desconhecerem as regras ou por acreditarem, equivocadamente, que ainda não podem solicitar o benefício adequado.

Diante das constantes alterações na legislação previdenciária, especialmente após a Reforma da Previdência, tornou-se ainda mais importante realizar uma análise individualizada de cada caso. Um planejamento previdenciário pode representar a diferença entre obter um benefício

mais vantajoso ou perder direitos por falta de informação.

Buscar orientação especializada é a melhor forma de garantir segurança jurídica e assegurar que todos os direitos previstos na legislação sejam respeitados.

Conhecer a diferença entre benefício previdenciário e aposentadoria é o primeiro passo para exercer plenamente os direitos garantidos pela Previdência Social.

Dra. Renata Camilo Milas

Advogada especialista em Direito Previdenciário e Trabalhista, dúvidas, nosso escritório e equipe estamos à disposição.

Contato:
65 9.8101-5777

SÃO MAIS DE

30.000 MIL EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

CENTRO OESTE

Popular

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde, na educação, na

infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes

ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE

Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

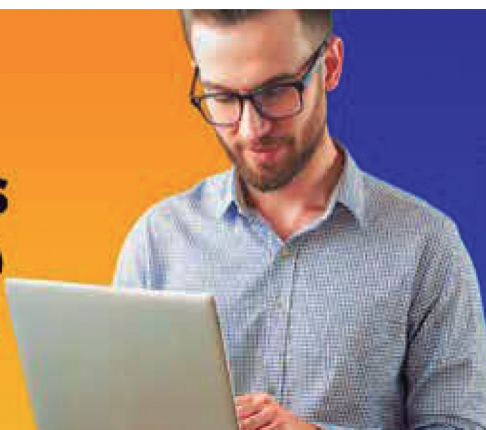
CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

**UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS**



CENTRO OESTE

Popular

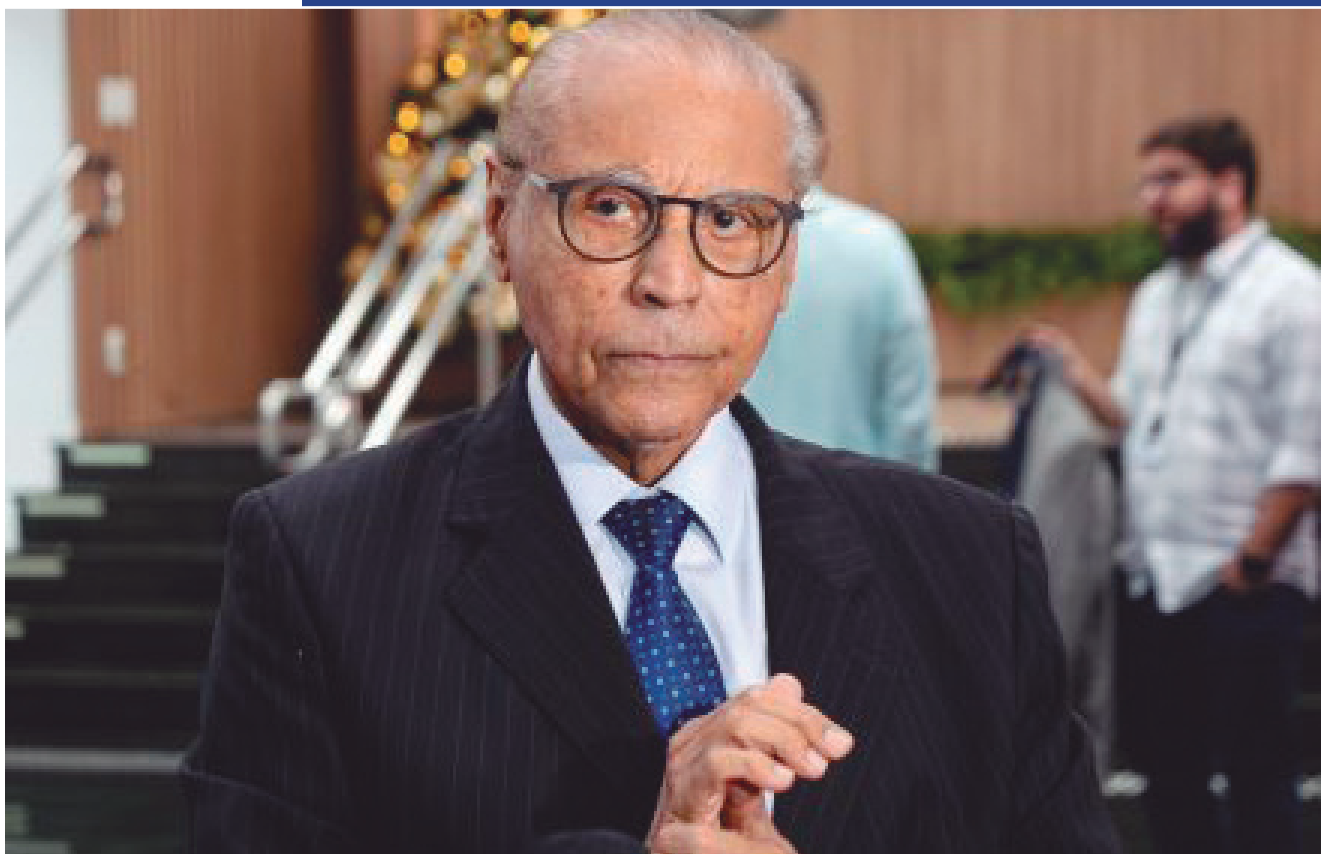
26
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

JÚLIO CAMPOS - DEPUTADO

ANA CAROLINA GUERRA

“Várzea Grande está crescendo sem planejamento e não da conta de atender toda a população”, afirma Júlio Campos



Centro Oeste Popular – Em relação ao abastecimento em Várzea Grande, município onde o senhor já atuou como prefeito, o senhor afirmou que a principal deficiência não está na captação, mas na distribuição. Na sua avaliação, quais medidas são necessárias para superar esse gargalo e garantir que o fornecimento chegue de forma regular e eficiente a toda a população?

Júlio Campos – Esse problema de abastecimento em Várzea Grande já vem de alguns anos, mas de três, quatro anos para cá piorou bastante. Isso aconteceu principalmente porque a cidade cresceu muito sem planejamento, com os bairros se espalhando de forma desordenada, desde a região do rio Cuiabá até áreas mais distantes, chegando praticamente ao Livramento e avançando também para regiões como Cristo Rei e Chapéu do Sol.

É uma cidade muito extensa, muito alongada, e essa ocupação desordenada acabou dificultando demais a distribuição da água. Em muitos casos, são bairros que ficam distantes, com áreas ainda sem estrutura adequada ao redor, o que prejudica a chegada do abastecimento.

Além disso, a rede de distribuição é antiga, especialmente na região central. Parte dessa estrutura foi implantada ainda na década de 1950 e, ao longo do tempo, a cidade foi crescendo e recebendo novas estações de tratamento de água em diferentes gestões, mas sem que a rede de distribuição acompanhasse esse crescimento na mesma proporção.

Hoje, Várzea Grande até produz um grande volume de água tratada, com várias estações em funcionamento, mas o problema não está na produção, e sim em levar essa água até as casas. Os canos são antigos e, em muitos pontos, não têm capacidade de pressão e vazão para atender a demanda atual, e por isso a água não chega como deveria em diversas regiões.

Diante disso, entendo que o caminho mais viável hoje é avançar para um modelo de concessão ou terceirização do serviço, como forma de modernizar o sistema e resolver definitivamente esse gargalo da distribuição.

Centro Oeste Popular – A prefeita Flávia Moretti anunciou ainda no início da gestão a realização de estudos para viabilizar a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto em Várzea Grande. No entanto, até o momento, a população percebe poucos avanços concretos nesse processo. Diante disso, e considerando o cenário de tensão entre o Executivo e a Câmara Municipal, o senhor avalia que existe ambiente político

suficiente para conduzir uma medida dessa magnitude, que depende de diálogo e articulação entre diferentes setores?

Júlio Campos – A prefeita contratou a FIP, uma fundação especializada de São Paulo, para realizar os estudos técnicos iniciais sobre a possível concessão ou terceirização dos serviços de saneamento em Várzea Grande. Esse estudo já foi apresentado e também foram realizadas audiências públicas com a sociedade civil para discutir o tema.

No entanto, o debate acabou sendo atravessado por um problema político mais amplo: o relacionamento entre a Prefeitura e a Câmara Municipal. Na última eleição da Mesa Diretora, a disputa foi bastante apertada, com divisão de forças entre o grupo da situação e o da oposição, liderado pelo vereador Vanderlei.

Esse cenário de forte polarização política tem dificultado a construção de consensos, mesmo em pautas estruturantes como a do saneamento. Ainda assim, há espaço para diálogo e articulação institucional, especialmente com participação de outras lideranças políticas, o que pode ajudar a viabilizar um processo de concessão mais transparente e eficiente.

Também é importante lembrar que houve um início de desgaste ainda no começo da gestão, com divergências internas no Executivo, envolvendo inclusive o vice-prefeito, o que contribuiu para instabilidades administrativas.

Na prática, quem mais sente os efeitos dessa instabilidade é a população, que segue enfrentando problemas recorrentes como falta de água, limpeza urbana deficiente e buracos na malha asfáltica. Trata-se de demandas urgentes, que exigem planejamento, organização e ações imediatas, especialmente neste período de estiagem.

Com diálogo, responsabilidade e gestão técnica, ainda há possibilidade de avançar na construção de uma solução para o saneamento, desde que o processo seja conduzido com seriedade e equilíbrio institucional.

Centro Oeste Popular – O senhor destacou a importância do diálogo para a construção de soluções em Várzea Grande. No entanto, o que se observa hoje é um desgaste na relação entre o Executivo e a Câmara Municipal, com dificuldades de interlocução e entendimento entre as partes. Na sua avaliação, o que tem impedido essa aproximação? Há uma divergência administrativa legítima ou o embate tem sido alimentado por questões de vaidade e disputa de protagonismo político? E, diante desse cenário, quem mais sofre as consequências dessa falta de entendimento?

Júlio Campos – Fica evidente que o principal entrave hoje em é a falta de diálogo entre os grupos políticos, o que acaba sendo agravado por vaidade e disputas de protagonismo, e quem mais sofre com isso é a população.

Esse cenário se forma a partir de uma relação política que já nasce tensionada desde o período eleitoral, quando diferentes lideranças locais, que tinham influência e participação no processo, acabaram se posicionando em campos opostos na disputa pelo comando do Executivo e do Legislativo.

No caso da atual gestão municipal, houve uma eleição marcada por forte mobilização de forças políticas distintas, o que, após o resultado, acabou gerando disputas internas, inclusive no processo de articulação da Câmara Municipal. Em vez de uma construção conjunta, houve movimentos paralelos que não chegaram a um consenso.

Esse ambiente de desconfiança e disputa, que se arrasta desde então, tem dificultado a construção de uma agenda comum entre Prefeitura e Câmara, mantendo um clima de instabilidade política que ainda não foi superado.

Centro Oeste Popular – Mato Grosso tem se destacado nacionalmente pela força do agronegócio e pelos indicadores econômicos, mas ainda enfrenta desafios para consolidar sua imagem perante o restante do país. Na sua avaliação, quais áreas deveriam ser priorizadas para ampliar o reconhecimento do Estado no cenário nacional? E de que forma esse trabalho

pode contribuir para fortalecer a identidade mato-grossense e atrair mais investimentos, turismo e oportunidades?

Júlio Campos – Mato Grosso já é um Estado altamente respeitável no cenário nacional e internacional, especialmente como grande produtor de alimentos. Lidera a produção de soja, milho e algodão e, se fosse um país independente, estaria entre os maiores produtores de alimentos do mundo, atrás apenas de grandes potências como Estados Unidos, China e o próprio Brasil.

Apesar desse protagonismo econômico, o principal desafio do Estado ainda é a desigualdade regional e social. Existe uma concentração de riqueza em determinados setores, enquanto uma parcela significativa da popula-

O abastecimento de água em Várzea Grande é um problema histórico, mas que, segundo avaliação de lideranças políticas do município, se agravou significativamente nos últimos três a quatro anos. O crescimento acelerado da cidade, sem planejamento urbano adequado, teria contribuído para a expansão desordenada de bairros em diferentes regiões, o que aumentou a pressão sobre uma rede de distribuição considerada antiga e defasada.

Embora o município conte com diversas estações de tratamento de água, o desafio, de acordo com essa análise, não estaria na produção, mas na capacidade de distribuição, já que a infraestrutura atual não conseguiria acompanhar o volume e a distância das novas áreas habitadas.

Diante desse cenário, volta ao centro do debate a discussão sobre possíveis modelos de gestão do serviço, incluindo concessão ou terceirização, como alternativas para enfrentar o déficit estrutural e garantir maior eficiência no abastecimento à população.

ção vive em situação de vulnerabilidade, dependendo de programas sociais. Esse contraste revela um problema estrutural importante.

Por outro lado, Mato Grosso já avançou em áreas como a legislação ambiental, sendo um dos estados que mais preservam suas áreas naturais, com mais de 60% do território conservado. Também possui enorme potencial hídrico, com aquíferos importantes, como o Guarani, além de grande riqueza mineral ainda pouco explorada de forma sustentável.

Para ampliar o reconhecimento do Estado, seria fundamental um maior investimento em logística, com destaque para ferrovias e melhoria da navegação fluvial, além de reforço na infraestrutura e na qualidade da educação. Ainda há desafios importantes nesse campo, especialmente em regiões mais carentes.

Também é preciso enfrentar problemas sociais graves, como os altos índices de violência, incluindo o feminicídio, que infelizmente ainda coloca Mato Grosso entre os estados com números preocupantes nessa área.

Apesar disso, o potencial é enorme. Com sua força produtiva, população trabalhadora e riqueza natural, Mato Grosso tem condições de se consolidar, nas próximas décadas, como um dos principais estados do país.

Centro Oeste Popular – Deputado, em meio ao cenário de pré-campanha, o senhor afirmou que não pretende mais disputar cargos em Brasília, como deputado federal ou senador, e destacou que sua prioridade é permanecer em Mato Grosso, atuando na Assembleia Legislativa. Caso seja reeleito em 2026, esse deverá ser seu último mandato eletivo ou o senhor ainda considera a possibilidade de continuar na vida pública e disputar outras funções no futuro?

Júlio Campos – O deputado Max Russi, quando esteve à frente da articulação para a instalação do Podemos, chegou a me convidar para disputar uma vaga de deputado federal pela sigla. No entanto, avalio que meu ciclo em Brasília já se encerrou.

Morei por 24 anos na capital federal, exercendo mandatos parlamentares, e entendo que a função de deputado federal exige uma rotina intensa, especialmente para quem precisa se deslocar semanalmente entre estados e o Congresso. Hoje, já me sinto em outra fase da vida, buscando mais tranquilidade, mesmo mantendo disposição e energia.

Acredito que tenho conseguido realizar um bom trabalho na Assembleia Legislativa e ainda posso contribuir nos próximos anos, caso Deus permita e a população assim decida. Mas não tenho mais interesse em disputar cargos em Brasília, como deputado federal ou senador.

Depois de tantos anos na capi-

tal, onde constituí minha vida pessoal e familiar, inclusive com residência no Lago Sul e filhos criados lá, retornei definitivamente para Mato Grosso. Hoje estou totalmente estabelecido em Cuiabá, com minha família, e não tenho intenção de voltar a viver ou atuar politicamente em Brasília.

Acho que já é hora de estimular novas lideranças. Tenho um compromisso moral comigo, com Deus e com a minha família de incentivar a participação da juventude na política.

Precisamos também ampliar a presença das mulheres, que são fundamentais nesse processo, mas ainda enfrentam muitos obstáculos em um estado que, infelizmente, ainda carrega traços de machismo.

Outro ponto importante é incentivar a população negra, cuja representação política ainda é muito pequena, tanto no estado quanto no país. A política precisa refletir melhor a diversidade da sociedade.

Os jovens, em especial, têm se afastado da política partidária, buscando outros caminhos, e isso é preocupante. É necessário criar condições para que eles se interessem novamente pela vida pública e entendam a importância da participação política.

Centro Oeste Popular – Júlio, embora o senhor e o Mauro Mendes integrem o mesmo partido, é perceptível que existe um distanciamento político entre os seus grupos. Na sua avaliação, essa divergência se restringe a diferenças de visão e condução política ou houve episódios específicos que contribuíram para o desgaste da relação? O que, de fato, está na origem desse afastamento?

Júlio Campos – Não considero que exista uma questão pessoal. Sempre houve respeito mútuo e o governador Mauro Mendes sempre me tratou com cordialidade, assim como eu também o respeito. O que existe são divergências políticas.

Quando Mauro deixou o PSB e ingressou no então Democratas, o partido o recebeu de portas abertas. Houve um esforço coletivo para fortalecê-lo politicamente. Inclusive, lideranças abriram espaço na estrutura partidária para acomodar o grupo que chegava. Naquele momento, o objetivo era construir um projeto conjunto.

Nós apoiamos sua candidatura ao Governo do Estado em 2018. O partido esteve ao seu lado durante toda a campanha, oferecendo apoio político, estrutura e condições para que o projeto fosse viabilizado. No entanto, após a eleição, a percepção de muitos companheiros foi de que o governo passou a ser conduzido por um grupo mais restrito, sem a participação de lideranças que contribuíram para sua construção.

Portanto, o que gerou o distanciamento não foi uma questão pessoal, mas uma diferença na forma de conduzir as relações políticas e partidárias ao longo dos anos.

REAJUSTE DE 11,93%

LUCAS LEITE

“O consumidor não vai aceitar esse aumento”, diz Dilemário sobre tarifa de água

Dilemário Alencar afirma que pretende convocar a concessionária e órgãos de controle para esclarecer aumento na tarifa

O vereador Dilemário Alencar manifestou preocupação com denúncias recebidas em seu gabinete sobre um possível novo reajuste na tarifa de água em Cuiabá, operada pela concessionária Águas Cuiabá. Segundo o parlamentar, consumidores têm relatado a possibilidade de aumento na conta já nos próximos meses, o que gerou questionamentos sobre a transparência e os critérios utilizados para definição dos valores cobrados.

De acordo com Dilemário, as reclamações chegaram por meio de moradores da capital e também pelas redes sociais, apontando um reajuste estimado em 11,93%. Ele afirmou que a informação, se confirmada, levanta dúvidas principalmente pelo fato de já ter ocorrido um aumento recente na tarifa.

“Tenho recebido muitas reclamações de consumidores sobre um possível aumento de 11,93% na conta de água. Isso me chamou atenção porque já houve outro reajuste em um curto intervalo de tempo”, declarou o vereador.

O parlamentar destacou que a preocupação principal está no impacto acumulado que os reajustes podem gerar para as famílias cuiabanas. Segundo ele, a soma dos percentuais em um período reduzido pode resultar em um aumento significativo, acima do índice inflacio-



VICTOR OSTETTI

nário registrado no mesmo intervalo.

“Se você soma os aumentos, chega a algo em torno de 16% em poucos meses, enquanto a inflação ficou bem abaixo disso. Isso precisa ser explicado com transparência para a população”, afirmou.

Dilemário ressaltou que o serviço de abastecimento de água é essencial e, por isso, qualquer alteração tarifária deve ser amplamente justificada e discutida com clareza. Ele afirmou que a falta de informações detalhadas gera insegurança entre os consumidores e abre espaço para dúvidas sobre a legalidade e a necessidade do reajuste.

Diante da situação, o

vereador informou que tomou medidas formais para buscar esclarecimentos. Entre elas, está o protocolo de um pedido de convocação do diretor da concessionária Águas Cuiabá para prestar explicações na Câmara Municipal.

“Estamos encaminhando o pedido de convocação do diretor da Águas Cuiabá para que ele venha à Câmara explicar essa situação e apresentar os critérios desse reajuste”, disse.

Além da convocação da concessionária, Dilemário afirmou que também acionará órgãos de defesa do consumidor, como o PROCON, para acompanhar o caso e avaliar se há irregularidades na aplica-

ção dos reajustes.

“Também estamos acionando o PROCON para que faça uma análise técnica dessas denúncias que estamos recebendo. É importante que haja fiscalização externa sobre esse tipo de cobrança”, completou.

Outro ponto destacado pelo parlamentar é a atuação da agência reguladora responsável por fiscalizar o contrato de concessão do serviço em Cuiabá. Ele afirmou que pretende solicitar esclarecimentos da Regula Cuiabá sobre os critérios utilizados para autorização de reajustes e eventuais revisões tarifárias.

“Vamos convocar também a Regula Cuiabá para

que explique essa situação. O consumidor precisa de respostas claras e oficiais sobre como esses valores são definidos”, afirmou.

Em relação a possibilidade de que parte das decisões relacionadas ao reajuste esteja sendo discutida em instâncias externas ao município, o que, segundo ele, dificulta o acompanhamento por parte da população e dos órgãos locais de controle.

“Se existe alguma disputa contratual ou decisão sendo tomada fora do estado, isso precisa ser explicado. O consumidor não pode ser prejudicado por informações que não estão claras”, declarou.

Dilemário reforçou que o papel do Legislativo municipal é justamente fiscalizar a atuação de concessionárias que prestam serviços públicos essenciais. Ele destacou que a Câmara tem instrumentos legais para cobrar explicações e garantir transparência nos contratos de concessão.

“O papel do vereador é fiscalizar. E uma das ferramentas mais importantes de fiscalização é convocar os responsáveis para que venham prestar esclarecimentos à população e ao Legislativo”, disse.

O vereador também chamou atenção para o impacto social que aumentos sucessivos na tarifa podem causar, especialmente para famílias de baixa renda. Segundo ele, o custo

da água deve ser compatível com a realidade econômica da população.

“O consumidor cuiabano não vai aceitar pagar reajustes dessa magnitude em tão pouco tempo. Isso pesa diretamente no orçamento das famílias”, afirmou.

Dilemário defendeu ainda que qualquer reajuste deve ser amplamente debatido e justificado com base em critérios técnicos, como custos operacionais, investimentos realizados e necessidade de manutenção do sistema. Para ele, a ausência de transparência compromete a confiança da população no serviço prestado.

Ele reiterou que continuará acompanhando o caso e cobrando explicações formais das instituições envolvidas. O vereador afirmou que espera que a concessionária, a agência reguladora e os órgãos de controle apresentem dados claros e detalhados sobre os reajustes aplicados ou previstos.

Dilemário reforçou que a prioridade deve ser a proteção do consumidor e a garantia de que serviços essenciais não sejam onerados de forma desproporcional.

“Estamos falando de um serviço essencial. Por isso, tudo precisa ser muito bem explicado e transparente. O cidadão tem o direito de saber exatamente o que está pagando”, concluiu.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular 26 ANOS

TRANSPARÊNCIA

REDAÇÃO

TCE-MT reforça fiscalização e amplia ações de orientação para melhorar a gestão pública em Mato Grosso

Com foco em transparência e eficiência, Tribunal reforça atuação preventiva e apoiotécnico a municípios do estado

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso tem ampliado, nos últimos anos, seu papel de orientação, fiscalização e modernização da gestão pública no estado, consolidando-se como uma das principais instituições de controle externo da administração pública mato-grossense. Além da função de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, o órgão também tem atuado de forma preventiva, com foco em capacitação de gestores e aprimoramento da governança.

Com uma atuação que vai além da análise de contas, o Tribunal tem investido em ferramentas tecnológicas, auditorias mais ágeis e ações de transparência que aproximam a instituição da sociedade. A proposta é fortalecer a eficiência do gasto público e contribuir para que políticas públicas sejam executadas com maior qualidade e responsabilidade fiscal.

Entre os principais eixos de atuação, o TCE-MT tem priorizado o acompanhamento de áreas estratégicas como saúde, educação, infraestrutura e previdência, setores que concentram grande volume de recursos e impacto direto na vida da popula-



ção. A atuação preventiva, segundo técnicos do órgão, busca identificar riscos e orientar gestores antes que falhas se tornem problemas maiores.

Outro ponto destacado na atuação do Tribunal é o investimento em tecnologia e digitalização de processos. A modernização dos sistemas internos tem permitido maior agilidade na análise de informações e na tramitação de processos, reduzindo prazos e ampliando a capacidade de fiscalização. Com isso, o órgão consegue monitorar de forma mais eficiente a aplicação dos recursos públicos em diferentes regiões do estado.

A aproximação com os gestores municipais também tem sido uma marca da instituição. Por meio de cursos, capacitações

e orientações técnicas, o TCE-MT busca fortalecer a atuação de prefeitos, secretários e servidores públicos. A ideia é prevenir irregularidades por meio da qualificação da gestão, reduzindo erros administrativos e promovendo maior segurança jurídica na administração pública.

Além disso, o Tribunal tem reforçado ações de transparência e controle social, estimulando a participação da sociedade no acompanhamento dos gastos públicos. Ferramentas de acesso à informação e painéis de dados permitem que cidadãos consultem como os recursos estão sendo utilizados, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da fiscalização social.

Especialistas em administração pública des-

tacam que tribunais de contas exercem papel fundamental no equilíbrio institucional, ao garantir que recursos arrecadados sejam aplicados conforme a legislação e em benefício da população. Nesse contexto, o TCE-MT é visto como um órgão estratégico para o aprimoramento da gestão pública em Mato Grosso.

Outro destaque da atuação recente da instituição é o incentivo à governança e ao planejamento de longo prazo. Em vez de apenas atuar de forma punitiva, o Tribunal tem buscado orientar os gestores para que adotem práticas mais eficientes de planejamento, controle de despesas e avaliação de resultados. Esse modelo de atuação preventiva é considerado uma tendência

moderna entre órgãos de controle no Brasil.

A atuação técnica dos auditores e conselheiros também tem sido apontada como um dos pilares da credibilidade institucional. O trabalho de análise de contas, fiscalização de contratos e acompanhamento de políticas públicas exige rigor técnico e constante atualização diante das mudanças na legislação e na gestão pública.

Nos últimos anos, o Tribunal também tem ampliado sua presença institucional em diferentes regiões do estado, aproximando-se dos municípios e promovendo encontros regionais para debater boas práticas de gestão. Essa descentralização das ações permite que o órgão tenha uma visão mais ampla dos desafios enfrentados pelas administrações locais.

Para gestores públicos, o apoio técnico oferecido pelo TCE-MT tem sido considerado importante na melhoria da qualidade da gestão, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, que muitas vezes enfrentam dificuldades técnicas e estruturais para atender às exigências legais.

Ao mesmo tempo, a

instituição mantém sua função constitucional de julgamento das contas públicas e aplicação de sanções quando identificadas irregularidades. Esse equilíbrio entre orientação e fiscalização é apontado como um dos fatores que contribuem para a eficiência do controle externo no estado.

Com o avanço da digitalização e o fortalecimento da transparência, o Tribunal também tem ampliado o acesso da população às informações públicas, estimulando uma cultura de maior responsabilidade na administração dos recursos. A abertura de dados e a simplificação do acesso às informações são vistas como instrumentos fundamentais para o fortalecimento da democracia.

Em um cenário de maior exigência por eficiência e resultados na gestão pública, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso reforça seu papel como instituição de controle, orientação e apoio técnico, contribuindo para a melhoria contínua da administração pública em Mato Grosso e para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições.

DESCUBRA O CORAÇÃO DO PANTANAL

Natureza intocada, conforto absoluto e experiências inesquecíveis entre rios, fauna e paisagens únicas.

+55 (65) 3052-7022
+55 (65) 99671-7022
info.reservas@pousadamutum.com.br

www.pousadamutum.com.br

Aventuras que ficam para sempre

Seu refúgio no Pantanal

Encontros que emocionam

RITMO LENTO

LUCAS LEITE

Maysa Leão diz que CPIs seguem ativas e critica lentidão das investigações na Câmara

Vereadora diz que comissões não foram encerradas, mas arquivadas temporariamente e ainda podem ser reabertas

A vereadora Maysa Leão comentou a atual situação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) em andamento na Câmara Municipal de Cuiabá e afirmou que os trabalhos não foram encerrados, mas reorganizados internamente após decisão administrativa que arquivou temporariamente os processos.

Segundo a parlamentar, as CPIs consideradas aptas permanecem com possibilidade de retomada, desde que sejam cumpridos os procedimentos regimentais necessários para o desarquivamento. Ela destacou que a mudança não representa o fim das investigações, mas uma adequação do funcionamento interno da Casa diante do acúmulo de comissões.

“É importante esclarecer para a população que as CPIs não foram sepultadas. Elas foram arquivadas por uma questão de organização interna, mas todas continuam aptas a serem desarquivadas quando houver condições regimentais”, afirmou Maysa.

Entre as comissões citadas pela vereadora está a CPI de sua autoria, que trata de contratos da área da educação, além de outras propostas apresentadas por diferentes parlamentares. De acordo com ela, a retomada depende da mobilização dos vereadores e da coleta de assinaturas necessárias.

“A minha CPI, assim como a da vereadora Ma-



ria Avalone e a do vereador Demilson, continuam prontas para serem retomadas. O que muda agora é que, com o arquivamento, elas passam a estar em igualdade de condições”, explicou.

Maysa detalhou ainda o procedimento para retomada das investigações. Segundo ela, a Câmara está com cinco CPIs em andamento ou em tramitação simultânea, o que levou à decisão de arquivar temporariamente novos pedidos até que haja reorganização do fluxo de trabalho.

“Quando essas cinco CPIs que já estão em andamento forem concluídas ou reorganizadas, nós poderemos desarquivar outras a qualquer momento, desde que haja assinaturas suficientes. Esse é o rito regimental”,

explicou.

A vereadora afirmou que já se comprometeu publicamente a reativar a CPI relacionada aos contratos da educação assim que houver possibilidade legal.

“Assim que puder ser instalada novamente, eu vou desarquivar a CPI dos contratos da educação. Nós temos muitas denúncias graves e isso precisa ser apurado com responsabilidade”, disse.

Entre os pontos citados pela parlamentar estão supostos indícios de irregularidades em contratos públicos, incluindo aquisição de materiais, equipamentos e serviços destinados à rede municipal de ensino. Maysa ressaltou que todas as informações já foram encaminhadas

aos órgãos de controle.

“Se houve qualquer tipo de irregularidade, isso será esclarecido. Já encaminhamos tudo ao Ministério Público e aos órgãos competentes. Agora precisamos da apuração dentro da Câmara também”, completou.

Em relação a discussão sobre a ordem de prioridade entre CPIs protocoladas por diferentes parlamentares a vereadora afirmou que a Câmara passou por situações em que não havia clareza sobre qual comissão teria preferência de instalação.

“Essa regra nunca foi muito bem definida. Em alguns momentos se usou um critério, em outros momentos outro. Depois do arquivamento, todas as CPIs ficaram no mes-

mo nível. Não existe mais fila de prioridade”, afirmou.

A parlamentar defendeu a necessidade de mudanças no regimento interno da Casa para evitar interpretações divergentes e dar mais segurança ao processo legislativo.

“Isso precisa ser corrigido com uma resolução mais clara. O regimento precisa dar transparência e evitar dúvidas sobre quem tem prioridade ou não”, disse.

Segundo a parlamentar o papel do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) nas investigações relacionadas ao uso de recursos públicos. Para ela, o órgão exerce função técnica importante, mas não substitui a atuação fiscalizadora dos vereadores.

“O Tribunal de Contas tem um corpo técnico extremamente qualificado e pode nos auxiliar muito. Mas isso não substitui o trabalho da Câmara. O vereador tem a obrigação constitucional de fiscalizar”, declarou.

Ela reforçou que não considera adequado transferir integralmente a responsabilidade de apuração para outros órgãos.

“Não podemos naturalizar a ideia de que tudo é responsabilidade do Tribunal de Contas ou do Ministério Público. Nós também temos dever de fiscalizar e agir”, completou.

Maysa afirmou que o ritmo das investigações é lento e não condiz com a gravidade dos temas ana-

lisados.

“Hoje, na minha avaliação, as CPIs estão andando em um ritmo muito lento. Algumas já têm mais de 120 dias, outras mais de 130 dias e fizeram poucas oitivas. Isso precisa ser mais ágil”, disse.

Segundo a vereadora a estrutura da Câmara permitiria a instalação de mais comissões simultâneas, caso houvesse organização interna adequada.

“Se tivéssemos vontade política, poderíamos ter até mais CPIs funcionando ao mesmo tempo. A estrutura existe, o que falta é organização e prioridade”, argumentou.

Maysa defendeu ainda que as CPIs tenham maior transparência e acompanhamento por parte da população, com cronogramas mais claros e divulgação das etapas de investigação.

“O que eu defendo é transparência. A população precisa saber o que está sendo feito, quando as oitivas acontecem, quais são os próximos passos. Isso precisa ser público”, afirmou.

Caso consiga retomar sua CPI, pretende estabelecer um modelo mais organizado de funcionamento, com calendário definido e acesso facilitado às informações.

“Se eu puder conduzir novamente a minha CPI, ela vai ter cronograma, vai ter publicidade e vai ter acompanhamento. O cidadão precisa confiar no trabalho que está sendo feito aqui dentro”, finalizou a vereadora.

NÚMERO ALARMANTE

ANA CAROLINA GUERRA

Capital mato-grossense registra mais de 100 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

Cenário nacional também preocupa com mais de 12 mil partos de meninas de até 14 anos

A violência sexual contra crianças e adolescentes continua sendo uma das principais violações de direitos registradas em Cuiabá. Dados apresentados pela Rede Protege, articulação intersetorial voltada à proteção da infância e juventude, revelam que a capital mato-grossense contabilizou 190 notificações de violência sexual contra menores em 2024. O levantamento foi divulgado com a participação de representantes de diversos órgãos públicos, entre eles membros do Ministério Público de Mato Grosso.

De acordo com os números apresentados, foram registradas ao longo do ano 344 notificações de violência interpessoal e autoprovocada envolvendo crianças e adolescentes. Desse total, 227 correspondem à violência interpessoal, 83 à violência autoprovocada e 34 casos foram classificados como ignorados ou sem informações suficientes. Os técnicos responsáveis alertaram para a possibilidade de subnotificação, indicando que a realidade pode ser ainda mais grave.

Além disso, os dados apontam que adolescentes entre 13 e 18 anos re-



presentam a maioria das vítimas notificadas, concentrando 58,7% dos registros. Crianças de até 12 anos correspondem a 28,5% dos casos. A predominância também é observada entre vítimas pardas, que representam 61% das notificações.

Entre os diferentes tipos de violência registrados, a violência sexual lidera as ocorrências, respondendo por 43,3% dos casos. Na sequência aparecem violência física (19,4%), tentativas de autoexterminio (15,5%), vio-

lência psicológica (14,1%), negligência (3,6%), tortura (1,8%) e trabalho infantil (0,2%).

O levantamento detalha que, dos 190 casos de violência sexual registrados na capital, 88 ocorreram de forma repetida, evidenciando situações de abuso contínuo. As meninas representam a imensa maioria das vítimas, com 176 notificações, enquanto os meninos somam 14 registros.

Outro dado que chama atenção é o local onde os abusos acontecem. Em

73,7% dos casos, a violência sexual ocorreu dentro da residência da vítima ou do agressor. As ocorrências em vias públicas representam 16,8%, enquanto os demais casos foram registrados em estabelecimentos comerciais, escolas, habitações coletivas e outros locais.

O perfil dos agressores também reforça um padrão observado nacionalmente: a maior parte dos autores possui algum vínculo com a vítima. Entre os registros estão conhecidos da família, namorados, pa-

drastos, pais, irmãos, ex-companheiros e pessoas com relação institucional com a criança ou adolescente.

O cenário observado em Cuiabá acompanha uma realidade preocupante em todo o país. Dados consolidados do Ministério da Saúde apontam que o Brasil registrou, em 2024, o nascimento de 12.004 bebês de mães com até 14 anos de idade. Pela legislação brasileira, toda relação sexual envolvendo crianças nessa faixa etária é considerada estupro de vulnerável, independentemente de consentimento.

Os números voltaram ao centro do debate nacional após a suspensão, pelo Congresso Nacional, de uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que estabelecia diretrizes para o acolhimento e atendimento de menores vítimas de violência sexual, incluindo orientações sobre o acesso ao aborto legal nos casos previstos em lei.

A legislação brasileira permite a interrupção da gravidez quando a gestação resulta de estupro, quando há risco de morte para a gestante ou em

casos de anencefalia fetal. Mesmo assim, dados recentes mostram que o acesso ao procedimento ainda é limitado. Somente em 2025, o Sistema Único de Saúde registrou 9.140 notificações de estupro contra meninas que resultaram em gravidez. Deste total, apenas cerca de 20% tiveram acesso ao aborto legal, enquanto a maioria manteve a gestação.

Os registros nacionais de violência sexual também seguem em crescimento. Segundo o Atlas da Violência, as notificações envolvendo crianças e adolescentes de 5 a 14 anos passaram de 26.125 para 29.135 casos entre 2023 e 2024. Entre crianças de 0 a 4 anos, os registros subiram de 7.315 para 7.845 ocorrências no mesmo período.

Diante desse cenário, especialistas e instituições de proteção à infância reforçam a necessidade de ampliar as políticas públicas de prevenção, fortalecer a rede de atendimento às vítimas e incentivar a denúncia de casos de violência, especialmente aqueles que ocorrem dentro do ambiente familiar, onde se concentra a maior parte das ocorrências registradas.

PRÉ-ELEIÇÃO

MAYKOM MILAS

Comitê da maldade mira Jayme Campos e Wellington Fagundes, dizem aliados

Movimentação nas redes sociais gera preocupação entre aliados, que veem tentativa de influência na opinião pública

Com a aproximação do período eleitoral deste ano em Mato Grosso, o ambiente político começa a se tornar mais tenso nos bastidores, especialmente entre grupos que já articulam alianças e estratégias para a disputa. Nesse contexto, aliados dos senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes afirmam que os dois parlamentares estariam sendo alvo de uma série de ataques nas redes sociais e em aplicativos de mensagens, em uma movimentação que teria como objetivo desgastar suas imagens públicas antes da campanha oficial.

Segundo interlocutores próximos às duas lideranças, publicações críticas, conteúdos considerados ofensivos e informações apresentadas de forma descontextualizada vêm sendo compartilhados com frequência em diferentes plataformas digitais. Para esses aliados, a repetição das mensagens e o padrão de disseminação indicariam uma possível ação coordenada, voltada a influenciar a percepção do eleitorado sobre os senadores, que figuram entre nomes relevantes na disputa política estadual deste ano.

Nos bastidores, apoiadores passaram a se referir ao suposto movimento como um “comitê da maldade”, expressão informal utilizada para descrever o que consideram uma campanha sistemática de ataques políticos direcionados. A nomenclatura, no entanto, não se refere a um grupo oficialmente identificado ou comprovado, mas sim a uma forma de sintetizar a percepção de que haveria uma atuação organizada para desgastar adversários políticos.

Até o momento, não há qualquer comprovação pública da existência de uma estrutura formal ou de indivíduos identifica-



dos como responsáveis por coordenar tais ações. Também não foram apresentados elementos concretos que confirmem a formação de um grupo específico voltado a atacar os parlamentares.

Jayme Campos e Wellington Fagundes são figuras conhecidas da política mato-grossense e possuem longa trajetória na vida pública. Ambos já ocuparam diferentes cargos eletivos e mantêm influência em diversas regiões do Estado, o que os coloca frequentemente no centro de articulações políticas e discussões sobre a sucessão estadual. Essa visibilidade, segundo aliados, seria um dos fatores que explicariam o aumento da exposição negativa nas redes sociais.

De acordo com relatos de pessoas próximas aos senadores, o conteúdo que vem circulando nas plataformas digitais apresenta características semelhantes em diferentes publicações. Entre os pontos citados estão a repetição de críticas com linguagem semelhante, o uso de recortes de declarações antigas sem contexto e a associação dos parlamentares a temas polêmicos de forma

interpretativa. Para os aliados, esse padrão reforçaria a hipótese de uma estratégia voltada ao desgaste político progressivo.

Embora as acusações tenham ganhado força entre apoiadores, especialistas em comunicação política alertam que o ambiente digital é marcado por disputas intensas de narrativa, especialmente em períodos que antecedem as campanhas eleitorais. Segundo analistas, é comum que, nesta fase, aumente a circulação de conteúdos críticos, memes políticos, ataques entre grupos rivais e até mesmo desinformação, o que nem sempre permite identificar com clareza a origem ou a coordenação dessas ações.

A pré-campanha eleitoral é considerada um momento sensível, no qual diferentes atores políticos buscam consolidar suas bases de apoio e testar a receptividade de seus nomes junto ao eleitorado. Nesse cenário, redes sociais e aplicativos de mensagens se tornaram ferramentas centrais para a disputa de narrativas, influenciando diretamente o debate público e a formação de opinião.

Nos últimos anos,



plataformas como WhatsApp, Facebook, Instagram, X e TikTok passaram a desempenhar papel decisivo nas estratégias eleitorais no Brasil. Ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso à informação e aproximaram candidatos de eleitores, também facilitaram a rápida disseminação de conteúdos não verificados, aumentando o desafio do combate à desinformação.

Especialistas destacam que a velocidade com que uma informação circula no ambiente digital muitas vezes supera a capacidade de verificação dos fatos. Com isso, conteúdos duvidosos podem alcançar grande repercussão antes mesmo de serem checados ou corrigidos, o que impacta diretamente o debate público e pode influenciar percepções eleitorais.

No caso envolvendo Jayme Campos e Wellington Fagundes, até o momento não há registros públicos de investigação ou comprovação de uma campanha coordenada direcionada especificamente contra os dois senadores. Tampouco foram identificados responsáveis por eventuais publicações organizadas com esse

objetivo.

Ainda assim, aliados afirmam que o clima de preocupação tem aumentado, especialmente diante da intensidade das interações digitais envolvendo os nomes dos parlamentares. Para esses grupos, o ambiente atual exige atenção redobrada, já que ataques virtuais podem se refletir na imagem pública e influenciar diretamente a disputa eleitoral.

Nos bastidores da política mato-grossense, a avaliação é de que o cenário eleitoral deste ano será marcado por forte disputa não apenas nas ruas e nos palanques, mas também no ambiente digital, onde a batalha por narrativas tem se mostrado cada vez mais relevante. A disputa virtual, segundo observadores, tende a ter impacto direto na formação de alianças, na consolidação de candidaturas e na definição das estratégias de campanha.

Analistas políticos apontam ainda que lideranças com maior projeção pública costumam ser mais visadas em períodos de pré-campanha, justamente por sua capacidade de influenciar o eleitorado e polarizar

o debate político. Nesse contexto, críticas, ataques e tentativas de desgaste fazem parte do ambiente eleitoral, embora nem sempre seja possível distinguir ações espontâneas de campanhas organizadas.

A Justiça Eleitoral e instituições ligadas ao monitoramento do processo democrático têm intensificado, nos últimos anos, ações de combate à desinformação e à propagação de conteúdos falsos durante períodos eleitorais. Entre as medidas estão parcerias com plataformas digitais, campanhas de conscientização e mecanismos de denúncia de conteúdos enganosos.

Além das ações institucionais, especialistas reforçam que o papel do eleitor também é fundamental para reduzir o impacto da desinformação. A recomendação é que usuários verifiquem a procedência das informações, consultem fontes confiáveis e evitem o compartilhamento de conteúdos sem confirmação.

Até o fechamento desta reportagem, nem Jayme Campos nem Wellington Fagundes haviam se manifestado oficialmente sobre as acusações levantadas por aliados. As assessorias dos parlamentares também não divulgaram posicionamentos específicos a respeito das alegações.

Enquanto isso, o clima político no Estado segue em intensificação, com movimentações de diferentes grupos e aumento da circulação de conteúdos nas redes sociais. O episódio reforça a tendência de que a disputa eleitoral deste ano em Mato Grosso será marcada por forte presença do ambiente digital, onde a construção de narrativas e a disputa por influência devem desempenhar papel central no desenrolar da campanha.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL

EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

Mato Grosso está entre os estados com maiores taxas de homicídios de mulheres negras no país

Atlas da Violência aponta que mulheres negras seguem como as principais vítimas da violência letal

Mato Grosso permanece entre os estados brasileiros com os maiores índices de homicídios de mulheres negras, segundo dados divulgados pelo Atlas da Violência 2026. O levantamento revela que, em 2024, o estado registrou 26 assassinatos de mulheres negras e 27 de mulheres não negras, mantendo um cenário de forte desigualdade racial quando analisado o histórico dos últimos anos.

Embora os números indiquem uma redução gradual nos homicídios de mulheres negras em Mato Grosso, a violência letal continua atingindo de forma mais intensa essa parcela da população. Em 2020, foram contabilizadas 38 mortes; em 2021, 42; em 2022, 41; em 2023, 27; e, em 2024, 26 homicídios. Entre as mulheres não negras, os registros foram de 25 mortes em 2020, 19 em 2021, 23 em 2022, 28 em 2023 e 27 em 2024.

Na soma dos últimos cinco anos, Mato Grosso registrou 174 homicídios de mulheres negras, contra 122 homicídios de mulheres não negras, uma diferença de 52 mortes. Os dados reforçam que as mulheres negras continuam sendo as principais vítimas da violência letal no estado.

Mesmo com a queda observada nos últimos dois anos, Mato Grosso ainda aparece entre as unidades fede-

rativas com as maiores taxas proporcionais de homicídios de mulheres negras do Brasil. Em 2024, a taxa registrada foi de 5,4 mortes para cada 100 mil mulheres negras, índice inferior apenas ao observado em estados como Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Roraima e Alagoas.

O cenário estadual acompanha uma realidade nacional marcada pela desigualdade racial. Segundo o Atlas da Violência, as mulheres negras representaram 67,5% de todos os homicídios femininos registrados no país em 2024. Ao todo, foram 2.457 mulheres negras assassinadas no período.

O estudo destaca que a violência contra a mulher não ocorre de maneira uniforme e está diretamente relacionada a fatores estruturais como desigualdade social, racismo e violência de gênero. De acordo com os pesquisadores, mulheres negras enfrentam uma condição de maior vulnerabilidade devido à sobreposição desses fatores, o que contribui para índices mais elevados de violência letal.

Para a artista e profissional de sonoplastia e audiovisual Janna Rawn, de 33 anos, moradora da região metropolitana de Cuiabá, a permanência desses índices está diretamente ligada ao racismo estrutural e à ausência de políticas públicas específicas

voltadas para mulheres negras.

“Com certeza o racismo estrutural. Mato Grosso não tem política pública de proteção para mulheres negras que são diariamente mortas ou sofrem algum tipo de agressão. Geralmente essas mulheres vivem em estado de vulnerabilidade financeira e emocional”, afirma.

Questionada sobre a atuação do poder público diante dos números apresentados pelo Atlas da Violência, Janna avalia que ainda existem lacunas significativas na proteção das mulheres.

“Acredito que ainda não existe política pública exclusiva de proteção para mulheres. Isso precisa ser mudado. Já passou do tempo de existir uma lei que nos proteja de fato”, defende.

Além da violência física e dos casos extremos, como os feminicídios, ela chama atenção para outras formas de violência que atingem mulheres negras diariamente e que muitas vezes permanecem invisíveis para a sociedade.

“Com toda certeza o racismo e a misoginia, andam juntos. Agressão psicológica, violência doméstica, violência obstétrica e sexual, entre outras formas de violência”, pontua.

Em âmbito nacional, a taxa de homicídios de mulheres negras foi de quatro mor-

tes por 100 mil habitantes em 2024. Entre as mulheres não negras, o índice foi de 2,4 por 100 mil, uma diferença de 66,7%. Para os especialistas responsáveis pelo levantamento, o enfrentamento da violência exige políticas públicas que levem em consideração fatores sociais, territoriais e raciais, especialmente em regiões periféricas e comunidades mais vulneráveis.

Além dos homicídios, os dados relacionados também acendem um alerta em Mato Grosso. Informações do Ministério das Mulheres mostram que o estado registrou 1.093 denúncias no Ligue 180 em 2024, representando um aumento de 113,48% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A maior parte das denúncias foi realizada pelas próprias vítimas, que responderam por 751 registros. Em outros 341 casos, as denúncias partiram de terceiros, como familiares, amigos ou vizinhos. O ambiente doméstico continua sendo o principal cenário das agressões, com 587 ocorrências registradas dentro da residência da vítima.

Os dados também apontam que mulheres entre 40 e 44 anos concentram o maior número de denúncias, totalizando 411 registros. As mulheres negras, identificadas como pretas ou pardas, re-



presentam a maioria das vítimas denunciadas, somando 777 casos. Os principais autores das agressões são companheiros ou ex-companheiros, responsáveis por 378 ocorrências.

Para Janna, o fato de as mulheres negras liderarem os registros de denúncias não representa necessariamente maior conscientização, mas evidencia uma vulnerabilidade histórica enfrentada por essa população.

“Isso revela uma vulnerabilidade histórica”, resume.

O aumento das denúncias ocorre em meio às ações da campanha nacional “Feminicídio Zero — Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada”, lançada pelo Ministério das Mulheres durante o Agosto Lilás, mês dedicado à conscientização

e ao combate à violência de gênero.

Ao deixar uma mensagem para mulheres negras que enfrentam situações de violência, mas ainda não conseguem denunciar os agressores, Janna faz um apelo pela busca de proteção e rompimento do ciclo de agressões.

“Se manifestem. Saíam de onde estão, denunciem sem medo. Guardem o máximo de provas possível e tentem se salvar”, orienta.

Os números reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção, proteção e enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente entre mulheres negras, que continuam sendo as mais afetadas pelos índices de violência letal tanto em Mato Grosso quanto em todo o país.

Meio Ambiente e Previdência Social estão no Radar

O Radar de Controle Público é uma ferramenta que permite a todo cidadão acompanhar a gestão dos recursos públicos em Mato Grosso. E agora, com os módulos que monitoram o **Meio Ambiente** e a **Previdência Social**, é possível saber de perto se o dinheiro está sendo bem utilizado, em busca de um estado mais sustentável e que cuide bem de sua gente.



CONFERE LÁ:



RADAR.TCE.MT.GOV.BR

TCEMatoGrosso

